

6

ORDEM PÚBLICA



Ordem Pública

Macau é um território seguro, com uma das taxas de criminalidade mais baixas do mundo, onde se pode viver e trabalhar em tranquilidade. Seguindo as políticas definidas e pesando o estado actual da sociedade, as autoridades de segurança têm ajustado, planeado e executado as medidas de prevenção e combate à criminalidade em função da sua evolução, com o fim de garantir a vida, os bens das pessoas e a paz da sociedade.

Serviços de Polícia Unitários

Os Serviços de Polícia Unitários (SPU), estão subordinados à Secretaria para a Segurança e constituem, desde a sua criação em 2001, o órgão de comando e direcção operacional dos organismos policiais subordinados, ou seja, a Polícia Judiciária (PJ) e o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), tendo como missão elevar a eficiência das operações de prevenção e combate à criminalidade. A par disso, os SPU assumem ainda as responsabilidades relacionadas com o planeamento, a coordenação e controlo das actividades do sistema de protecção civil, nomeadamente a execução das medidas de prevenção de desastres e dos planos de contingência pelos membros da estrutura de protecção civil. Ao mesmo tempo, os SPU são também responsáveis pela prevenção e combate a actividades criminosas relativas ao branqueamento de capitais, ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento à proliferação de armas de destruição maciça, contribuindo para assegurar a prosperidade e estabilidade de Macau.

Em articulação com as linhas de acção governativa de “racionalização dos quadros e simplificação administrativa” e na sequência das reformas administrativas de diferente índole actualmente em curso, assim como com vista o reforço da cooperação entre o Gabinete de Informação Financeira (GIF) e a Polícia, de modo a fortalecer a prevenção e combate aos crimes relevantes, o Governo da RAEM integrou, o GIF nos SPU, através da revisão dos diplomas normativos, como um organismo dependente, dotado de independência técnica e funcional, de forma a garantir que a participação de Macau como membro das organizações internacionais não fica prejudicada, continuando a exercer as suas funções.

A partir de 1 de Fevereiro de 2024, a estrutura dos Serviços de Polícia Unitários é composta pelas seguintes oito subunidades: o Gabinete do Comandante-geral, o Centro de Análise de

Informações, o Centro de Planeamento de Operações, o Centro de Coordenação e Protecção Civil, o Departamento de Gestão de Recursos, o Departamento de Informática e de Tecnologias de Informação, o Departamento de Estudo, Planeamento e Coordenação de Operações de Protecção Civil, a Divisão de Ligação de Assuntos Policiais e Relações Públicas, bem como por um organismo dependente, o GIF.

Planeamento Operacional e Comando

Em 2023, registou-se em Macau uma aceleração da recuperação económica, um aumento contínuo do número de visitantes, a realização sucessiva de diversas exposições, conferências, espetáculos artísticos e eventos desportivos de grande escala, verificando-se uma boa tendência de desenvolvimento da indústria de turismo e lazer integrados e a aceleração da integração de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Macau entrou no novo período de desenvolvimento histórico, pelo que a autoridade policial enfrenta um maior número de desafios em termos de acções de execução da lei.

Os SPU reforçaram o intercâmbio e a coordenação com órgãos policiais das regiões vizinhas, no sentido de recolher informações em diversas vertentes, e procederam, de forma contínua, à avaliação de risco e a análises abrangentes da segurança da sociedade, para garantir a segurança durante feriados e festivais, em especial a segurança da realização de diversas actividades de grande envergadura, tornando o policiamento mais preciso e eficaz, de forma a reforçar a garantia da segurança nacional e da segurança da RAEM.

Durante o período de feriados, festivais e de realização de cerimónias de grande envergadura, os SPU coordenaram com os Serviços de Alfândega (SA), o CPSP, a PJ e o Corpo de Bombeiros (CB) a activação do Centro de comando de acção conjunta interdepartamental para que os diversos serviços possam dar resposta atempada a incidentes de contingência e a aumentar a capacidade de tratamento conjunto em tempo real, garantindo a ordem social, a segurança pública e a segurança da vida e dos bens da população.

Os SPU planeiam, de forma regular, operações policiais de grande envergadura para aperfeiçoar o ambiente de segurança, nomeadamente a "Operação Preventiva do Inverno", a operação "Trovoada", co-organizada com autoridades policiais de Guangdong e de Hong Kong, e uma série de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, de forma a garantir a segurança e a estabilidade social.

Para travar a progressão dos crimes derivados de actividades de "troca ilegal de moeda", que colocam em perigo o ambiente de segurança pública de Macau e prejudicam a imagem de Macau como cidade turística internacional, em Maio de 2023, os SPU coordenaram acções policiais conjuntas com o CPSP e a Polícia Judiciária no sentido de realizar operações conjuntas de rusgas nos vários casinos de Macau e nas zonas periféricas, procedendo à acusação e ao processo de repatriação dos indivíduos envolvidos em actividades de "troca ilegal de moeda" e em outras actividades ilegais.

Prevenção e Redução de Desastres

Os SPU realizam anualmente o simulacro de prevenção de tufão denominado "Peixe de

Cristal” antes da chegada da época de tufões, apelando à participação dos cidadãos de modo a elevar a consciência e o conhecimento da população em geral sobre o “Plano de Evacuação das Zonas Baixas em Situação de ‘Storm Surge’ durante a Passagem de Tufão”. No dia 22 de Abril de 2023, a Estrutura de Protecção Civil realizou o exercício de protecção civil “Peixe de Cristal 2023”, de prevenção e resposta a desastres em Macau, tendo simulado cerca de 50 incidentes que poderiam acontecer durante a passagem de tufão, o que envolveu membros da estrutura de protecção civil, 52 organizações comunitárias e escolas de ensino não superior de Macau, e em que participaram 2300 pessoas. O número total de famílias evacuadas foi de 3000.

Os SPU continuaram a realizar, junto da comunidade e das escolas, acções de divulgação sobre a estrutura de protecção civil e emergências públicas destinadas ao público em geral, através de diferentes métodos, tais como palestras, exercícios e acções de sensibilização. Ao mesmo tempo, através do “Mecanismo de ligação comunitária de protecção civil”, convidaram as organizações civis a participar em reuniões, formações, visitas e outras actividades, para promover a cooperação entre a polícia e a população e criar conjuntamente um ambiente comunitário mais seguro.

Em 2023, concluiu-se a terceira fase de recrutamento de “Voluntários da protecção civil”, tendo o seu número aumentado para 217 elementos. A força da protecção civil de Macau tem atingido gradualmente uma certa dimensão, sendo capaz de prevenir e responder a catástrofes com alta eficiência.

Gabinete de Informação Financeira

O Gabinete de Informação Financeira (GIF) foi criado em 2006, na dependência hierárquica directa do Secretário para a Economia e Finanças, tendo como função centralizar, analisar e facultar às entidades competentes informações respeitantes ao crime de branqueamento de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo. Em 2018, o Governo da RAEM tomou a decisão de ser o Secretário para a Segurança a orientar o funcionamento do GIF, por forma a reforçar o compromisso e os esforços da RAEM no combate aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. A alteração entrou em vigor a 16 de Outubro de 2018.

O Governo da RAEM procedeu a uma nova reforma da estrutura do GIF, anteriormente com natureza de equipa de projecto, e decidiu integrar o GIF nos SPU. O GIF foi integrado oficialmente nos SPU no dia 1 de Fevereiro de 2024, como organismo dependente, dotado de independência técnica e funcional, nos termos da Lei n.º 1/2001 (Serviços de Polícia Unitários da Região Administrativa Especial de Macau), alterada pela Lei n.º 23/2023, e do Regulamento Administrativo n.º 5/2009 (Organização e Funcionamento dos Serviços de Polícia Unitários), alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 3/2024. Após a sua integração nos SPU, as atribuições do GIF mantêm-se inalteradas, o que permite reforçar a sua cooperação com a polícia, com vista a alcançar uma maior eficácia na prevenção e combate aos crimes de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e financiamento à proliferação de armas de destruição maciça.

Desde Novembro de 2006, o GIF tem recebido relatórios de transacções suspeitas. No ano de 2023, recebeu mais de 4600 relatórios dos sectores das finanças, do jogo e demais sectores.

No âmbito da participação no trabalho das organizações internacionais, a partir de Setembro de 2013, o GIF designou um representante para desempenhar o cargo de um dos co-presidentes do Grupo de Trabalho de Avaliação Mútua do Grupo Ásia-Pacífico Contra o Branqueamento de Capitais (APG), cuja nomeação foi renovada, em Julho de 2022, até 2025. A par disso, em finais de Abril de 2020, o Coordenador do GIF foi nomeado, em representação da RAEM, como co-presidente do Subgrupo Regional de Trabalho Conjunto da Ásia/Pacífico (Asia/Pacific Joint Group, APJG) do Grupo de Revisão da Cooperação Internacional (International Cooperation Review Group, ICRG) até 2024, subordinado ao Grupo de Acção Financeira (GAFI), o qual é responsável pela elaboração da lista de monitorização.

Como co-presidente do APJG, o GIF foi convidado para organizar, em Maio de 2023, na RAEM, a "Reunião Conjunta da Região Ásia-Pacífico", com a duração de quatro dias, com a presença de cerca de 70 participantes, nomeadamente especialistas em supervisão, representantes de jurisdições avaliadas e organizações internacionais.

A RAEM continuará a participar nos trabalhos da organização internacional contra o branqueamento de capitais com o propósito de elevar a sua imagem e inteirar-se dos requisitos e políticas de avaliação mais recentes do GAFI, bem como estará proactivamente empenhada nas actividades relativas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo de cariz internacional.

No âmbito local, compete ao GIF a coordenação do Grupo de Trabalho Interdepartamental contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, o qual é composto, nomeadamente, por elementos de entidades judiciais, de assuntos de justiça e de supervisão, e tem como funções proceder à recolha de dados sobre o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, realizar estudos, aplicar as recomendações relacionadas, definir orientações destinadas aos sectores sujeitos à fiscalização, assim como proceder à análise e estatística das informações de transacções suspeitas recolhidas através de vários métodos.

Em 2023, o GIF coordenou com o Grupo de Trabalho AML/CFT a finalização da consolidação da versão para o sector industrial do último "Relatório de Avaliação de Riscos de Branqueamento de Capitais, de Financiamento do Terrorismo e de Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição Maciça da RAEM", cujas acções de divulgação junto dos diferentes sectores tiveram início no primeiro trimestre de 2024.

No âmbito da cooperação internacional, o GIF aderiu ao "Grupo de Egmont" em Maio de 2009, com vista a reforçar o contacto e a cooperação com outros países e regiões. Foram também celebrados memorandos de entendimento com 33 unidades de informação financeira de diversos países e regiões, designadamente do Interior da China, Portugal, Hong Kong, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia, Japão, Tailândia, Singapura, Ilhas Fiji, Austrália, Estados Unidos da América, Federação Russa, Reino Unido, Bangladesh, Canadá, Israel, Reino do Camboja, Principado do Mónaco, República do Líbano, República Democrática de Timor-Leste, República da Estónia, Governo da República do Quirguistão, República do Cazaquistão, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, Índia, Nova Zelândia, Malta, Reino de Tonga, Mongólia e Reino dos Países Baixos, entre os quais 23 são países e regiões abrangidos pela iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota".

Melhoramento do Trabalho Policial com Recurso à Tecnologia

No intuito da concretização das linhas de acção governativa no que toca ao melhoramento do trabalho policial com recurso à tecnologia, os SPU têm promovido, de forma ordenada, o trabalho da aplicação do “policiamento inteligente”, dando a continuidade à promoção de construção do Sistema de Videovigilância da Cidade de Macau (vulgarmente conhecido por “Olhos no Céu”). Até 2023, a Autoridade de Segurança Pública instalou, em cinco fases, um total de 1701 câmaras de videovigilância em diferentes locais de Macau. Na quinta fase, foram acrescentadas ou substituídas 300 câmaras (aumento efectivo de 81 câmaras) nos postes já existentes do Sistema “Olhos no Céu”, que entraram em funcionamento em Março de 2023. Após a conclusão das primeiras cinco fases, o Sistema “Olhos no Céu” conta com uma distribuição geográfica relativamente completa e o sistema tem funcionado bem e alcançado os resultados esperados.

Sob a liderança do Secretário para a Segurança, os SPU continuam a implementar o conceito geral de segurança nacional e seguir os três conceitos policiais “Policiamento activo”, “Policiamento comunitário” e “Relações Públicas da Polícia” formulados pelo Secretário para a Segurança, visando assegurar, com todo o empenho, a realização com sucesso dos três importantes eventos de 2024, as celebrações do 75.º aniversário da República Popular da China, do 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e do 3.º aniversário do estabelecimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Ao mesmo tempo, os SPU continuam a assumir a responsabilidade de defender a segurança nacional e a ordem pública em Macau, acompanhar de perto as mudanças na situação da segurança pública, promover a cooperação entre a polícia e os cidadãos, aprofundar o policiamento inteligente e proceder constantemente à investigação e avaliação de riscos do ambiente de segurança pública, de forma a salvaguardar de forma resoluta a estabilidade da sociedade de Macau.

Corpo de Polícia de Segurança Pública

O Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) tem como principais missões assegurar a ordem pública, exercer a prevenção, investigação e combate da criminalidade, defender o interesse público e garantir a segurança de pessoas e de bens, fiscalizar a imigração ilegal, efectuar o serviço migratório, e controlar e fiscalizar a circulação de veículos e peões. Até final de 2023, o quadro de pessoal da CPSP era de 6355 lugares, dos quais 4945 estavam preenchidos, existindo 1410 vagas. O número de efectivos civis é de 420.

Centro de Operações e Comunicações

O Departamento de Planeamento de Operações do CPSP possui um Centro de Operações e Comunicações, podendo a população através do telefone número 999, linha de emergência, ligar directamente a este centro, o qual fará a classificação e enviará agentes ao local para o tratamento devido. Em 2022, o total de chamadas de emergência (999) recebidas foi de 322.865.

Neste Centro, está instalado o sistema de fiscalização das vias rodoviárias e os responsáveis

podem proceder, conforme as imagens transmitidas ao Centro por câmaras de videovigilância instalado nas três pontes Macau-Taipa, atempadamente, à coordenação da situação real do trânsito nas pontes.

O Sistema de Videovigilância da Cidade de Macau (Olhos no Céu) entrou efectivamente em uso a partir do dia 15 de Setembro de 2016. As câmaras de videovigilância são instaladas nas imediações dos diversos postos fronteiriços, nas principais estradas, nos eixos de trânsito, nos pontos negros de segurança e nos lugares isolados e com risco de segurança. O pessoal do Centro de Operações e Comunicações empenha-se activamente na implementação da política de melhoramento do trabalho policial com recurso à tecnologia, utilizando o Sistema Olhos no Céu para assegurar a segurança da sociedade e a ordem pública, contribuindo, em particular, para a prevenção de criminalidade e auxílio à investigação criminal.

Unidade Especial de Polícia

A Unidade Especial de Polícia (UEP), então Unidade Tática de Intervenção da Polícia, criada oficialmente em 1979, é uma subunidade orgânica equiparada a departamento, de natureza operacional e preparada para a conduta de acções especiais em qualquer parte da RAEM. Dependem da UEP seis entidades: a Divisão de Intervenção, o Grupo de Busca e Revista de Segurança, o Pelotão Cinotécnico, o Grupo de Protecção de Altas Entidades, o Grupo de Inactivação de Engenhos Explosivos e o Grupo de Operações Especiais. Compete à UEP, designadamente assegurar a segurança de instalações importantes; actuar contra delinquentes, nomeadamente os que façam uso de armas de fogo; e garantir a protecção de personalidades importantes e actuar em situações de alta violência, envolvendo franco-atiradores e tomada de reféns.

Trabalhos da Prevenção Criminal

O CPSP, através de diversas plataformas informáticas, divulga ao público informações relativas a prevenção criminal, que são também colocadas em simultâneo nas plataformas de ligação do “Mecanismo de Ligação entre a Comunidade e Polícia”, do “Mecanismo de Ligação entre a Escola e Polícia” e do “Mecanismo de Ligação entre o Sector Hoteleiro e Polícia”. As últimas informações de prevenção criminal são mais rapidamente transmitidas através de chefes de ligação. O CPSP efectua ainda, através dos mecanismos acima referidos, visitas a diversas associações sociais, escolas e unidades do sector hoteleiro, e organiza palestras e acções de divulgação, mantendo uma ligação estreita com chefes de ligação dos diversos mecanismos para conhecer, de forma atempada, as mais recentes situações dos bairros comunitários e das escolas. Após análise aprofundada das informações recolhidas, articula-se com as unidades policiais da linha de frente na definição e ajustamento de estratégias policiais em função das novas circunstâncias.

Relativamente à política da juventude, o Grupo Júnior do CPSP organizou, de forma contínua, actividades e acções de formação em torno de cinco grandes temas, ou seja, a educação de amor pela pátria, a generalização de leis, a participação social, o planeamento de carreira e a saúde física e mental, de modo a incutir valores corretos na geração mais jovem através da influência dos membros do Grupo Júnior do CPSP.

Acidentes de Viação

De acordo com os dados estatísticos do CPSP, no ano de 2023 registou-se em Macau um total de 13.563 acidentes de viação, dos quais resultaram 4729 feridos e oito mortos.

Polícia Judiciária

A Polícia Judiciária (PJ) é um órgão de polícia criminal que tem como missão legalmente definida a prevenção e a investigação criminal e auxiliar na administração da Justiça. Nos termos da Lei n.º 5/2006, além da competência geral da investigação criminal, a PJ possui a competência exclusiva para realizar a investigação dos seguintes crimes: dos puníveis com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos quando o agente não seja conhecido, dos de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, de falsificação de moeda e outros valores equiparados, de associação criminosa ou de sociedade secreta, crimes relacionados com o jogo, de administração ilícita de substâncias em animais destinados a corridas, relacionados com a informática, de branqueamento de capitais, de terrorismo, contra a segurança do Estado, e outros crimes previstos na lei como actos contra a liberdade da pessoa e contra o património.

A PJ é composta por oito departamentos e 25 divisões, que são responsáveis pela investigação criminal, a defesa da segurança do Estado, ciências forenses, o apoio técnico ou administrativo, e a formação pessoal, entre outras. O Subgabinete de Macau do Gabinete Central Nacional Chinês da Interpol é também uma subunidade da PJ.

Desde Outubro de 2020, a defesa da segurança do Estado foi claramente definida como competência da PJ, tendo sido criadas as subunidades de investigação e de técnicas de cibersegurança, como o Departamento de Segurança, a Divisão de Alerta e Investigação de Crimes de Terrorismo e a Divisão de Cibersegurança, a fim de implementar e concretizar o “conceito geral da segurança do Estado”, bem como defender a segurança nacional e da RAEM.

O quadro de pessoal da PJ é de 1502 lugares, dos quais 1273 já se encontravam preenchidos em 2023.

Defesa da segurança nacional geral

Em 2023, com a liderança da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM presidida pelo Chefe do Executivo, a PJ, em conformidade com a lei, manteve-se empenhada no desenvolvimento do trabalho de defesa da segurança nacional e continuou a melhorar constantemente a capacidade de execução da lei para dar resposta às ameaças colocadas pelas forças externas desde que a sociedade retomou a normalidade, com vista a prevenir a infiltração, interferência e sabotagem de forças externas, garantindo com eficiência a segurança nacional e a estabilidade social. Simultaneamente, a PJ tem vindo a melhorar continuamente o seu funcionamento interno e a colaborar com a Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e o respectivo Gabinete.

Compete à PJ a coordenação do Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) no desenvolvimento do trabalho de protecção da segurança cibernética. Em 2023, o (CARIC) emitiu 214 alertas para operadores de infraestruturas críticas e recebeu 31 notificações

de incidentes, tendo-se registado um aumento do envio das mensagens de alerta e uma descida contínua do número de incidentes de cibersegurança, o que demonstra que a situação da cibersegurança em Macau continua a melhorar. O CARIC concluiu, ainda, a optimização do sistema de percepção de cibersegurança e a construção da plataforma de informação de ameaças da cibersegurança, elevando o nível de detecção dos riscos e de alerta. O CARIC tem colaborado com as entidades de supervisão dos diversos sectores para encorajar os operadores de infra-estruturas críticas a aperfeiçoar o sistema de defesa de segurança cibernética. Em 2023, o CARIC continuou a organizar o Fórum sobre Cibersegurança e o ensaio de incidente de cibersegurança, destinados aos operadores de infra-estruturas críticas.

Repressão Criminal

A PJ autuou, no ano de 2023, um total de 12.390 processos criminais, entre os quais, 6804 inquéritos e denúncias, 4030 investigações sumárias e 1556 diligências solicitadas. Durante o ano de 2023, foram concluídos 10.480 processos no total, incluindo 5809 inquéritos e denúncias, 3093 investigações sumárias e 1578 diligências solicitadas. A ocorrência de crimes graves manteve-se num nível baixo ou mesmo a zero casos. Relativamente à maior parte dos crimes, nomeadamente àqueles ligados ao jogo, aos estupefacientes, a roubo e furto, não obstante se tenha registado um aumento do número de processos face ao ano anterior, este número é inferior ao de 2019. A ordem pública manteve-se favorável e estável; porém as burlas que envolvem telecomunicações e o crime cibernético mantiveram uma tendência de aumento gradual, superior ao do período pré - pandemia e os danos decorrentes da prática de crimes que não requerem contacto físico tiveram um aumento gradual.

O número dos inquéritos e denúncias ao longo do ano incluem: quatro casos de homicídio, 45 de fogo posto, 230 de extorsão, 33 de roubo, 728 de furto, 50 de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, sete de consumo de droga, um de tráfico de pessoas, oito de exploração de prostituição, 28 de associação criminosa e 15 casos de violência doméstica. A par disso, foram registados 2717 crimes relacionados com o jogo, dos quais 119 foram casos de usura para o jogo e 33 casos de privação de liberdade de outrem derivados da usura. Por outro lado, foram ainda instaurados inquéritos relativos a 134 casos de crimes de passagem de moeda falsa (incluindo casos de crime de uso e falsificação de cartão de crédito), 2240 de burla e 575 crimes informáticos, bem como outros tipos de crime.

Prevenção Criminal

A PJ tem promovido, juntamente com vários sectores da sociedade, o trabalho da prevenção criminal, melhorando continuamente os mecanismos, tais como os projectos "Rede de Comunicação com as Escolas", "Amigos da Prevenção Criminal na Área da Habitação" e "Amigos da Prevenção Criminal para Mulheres", de modo a promover a cooperação e confiança mútua entre a polícia e a população. Deu continuidade à organização dos projectos "Líder Juvenil da Segurança Comunitária" e "Guia Juvenil para Combater o Crime", de forma a consciencializar os jovens para o conhecimento e observância da lei. Além disso, foi promovido o modelo de divulgação da prevenção criminal, combinando medidas online e offline e aproveitando as vantagens únicas de transmissão de informações policiais através das novas plataformas sociais

para desenvolver de forma ampla e aprofundada os trabalhos de divulgação da prevenção criminal. Em 2023, foram criadas contas oficiais em diversas plataformas de redes sociais populares entre o público de Macau, para a implementação abrangente e aprofundada do trabalho de divulgação da prevenção criminal.

Combate e Prevenção da Burla

Em 2023, registou-se um aumento acentuado dos casos de burla de telecomunicações, pelo que a PJ esteve constantemente empenhada no aperfeiçoamento do mecanismo antifraude e na afectação de recursos para melhor garantir a segurança patrimonial e os direitos legais dos cidadãos. Assim, em 2023, foi criado o Centro de Coordenação de Combate às Burlas com vista a reforçar a coordenação, a colaboração e a implementação do trabalho antifraude. Quanto à prevenção, foram realizadas 528 campanhas de sensibilização relativas a burlas, do que resultou um contacto com mais de 107.000 pessoas, em actividades criativas e específicas realizadas com a colaboração das associações cívicas, do sector educativo e de outros sectores. Tais acções têm por objectivo aumentar o estado de alerta do público em relação à prevenção de fraudes, tendo sido ainda criado, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude e todas as instituições de ensino superior de Macau, um "Grupo especializado para o trabalho de divulgação e educação para estudantes universitários relativo à prevenção de burlas".

Para evitar prejuízos, a PJ, em conjunto com o sector bancário, promoveu activamente e implementou as medidas de "alerta para transacções suspeitas", de forma online e offline, e de "cessação imediata de pagamento". Desse modo, foram interceptados, com um sucesso, 531 procedimentos de pagamento, num montante superior a 130 milhões de patacas. A PJ comunicou proactivamente ao sector bancário informações sobre 361 contas bancárias suspeitas de estarem envolvidas em crimes de burlas, para que este sector adoptasse medidas de alerta e de congelamento.

Em termos de combate às burlas com recurso às telecomunicações e à Internet, a PJ continuou a fortalecer e estreitar a cooperação com as forças da ordem no exterior no sentido de combater redes criminosas transfronteiriças e melhorar o intercâmbio de informações e a investigação. Nesta área, em Macau, foram destruídas três células onde se encontravam instalados equipamentos de comunicação utilizados em burlas telefónicas, tendo sido detidos 134 membros dessas redes. Em paralelo, para evitar mais perdas, em Julho de 2023, a PJ estabeleceu com o sector das telecomunicações um mecanismo de bloqueio rápido, tendo sido bloqueados 194 websites de phishing em seis meses.

Forças de Segurança de Macau

Das Forças de Segurança de Macau (FSM), fazem parte a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM), o CPSP, o Corpo de Bombeiros (CB) e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM). No fim do ano de 2023, contabilizam-se 7542 elementos nas FSM, sendo que 6393 pertencem aos agentes das FSM, agentes dos Serviços de Alfândega em serviço nas FSM e agentes do Corpo de Guardas Prisionais, 957 são efectivos

civis e 192 são instruendos (incluindo os instruendos do Curso de Formação de Oficiais e do Curso de Formação de Instruendos).

Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau

As atribuições da DSFSM são, nomeadamente, prestar apoio técnico, administrativo, de planeamento, coordenação e normalização de procedimentos nas áreas jurídica, de pessoal, logística, administração financeira, comunicações, infra-estruturas, organização e informática, no âmbito das FSM, estudar e administrar no que toca ao desenvolvimento geral da área informática das FSM, promover a partilha de informações e de dados e colaborar nas funções do sistema de segurança da esfera das FSM, bem como coordenar e gerir no funcionamento dos edifícios dos postos fronteiriços terrestres da responsabilidade das FSM.

Recrutamento

O recrutamento de agentes do CPSP e de bombeiros do CB é da responsabilidade da DSFSM, que coordena todo o processo de recrutamento. O requisito de habilitações escolares para o ingresso nos postos de guarda do CPSP e de bombeiro do CB é fixo no 12.º ano de escolaridade (ensino secundário complementar). Os candidatos têm de se submeter a inspecção sanitária, a provas físicas, a provas de conhecimentos gerais e a provas psicotécnicas, sendo, assim, admitidos os que reúnam os requisitos previstos e sejam aprovados nas modalidades citadas, para a frequência do Curso de Formação de Instruendos (CFI), e sendo, posteriormente, incorporados nas FSM como guardas do CPSP ou bombeiros do CB.

O recrutamento de instruendos das FSM em 2023:

CFI	N.º de candidaturas apresentadas	N.º de pessoas que tomaram posse					Data da tomada de posse
		Guarda		Bombeiro		Total	
		Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino		
31.º	3795	88	34	--	--	122	25/03/2024
32.º*	3276	116	34	--	--	150	13/12/2024
33.º*	2710	--	--	--	--	--	--

Nota 1: No fim do ano de 2023, ainda estava em curso o processo de recrutamento, sendo o número de candidatos admitidos de 150; os candidatos vão começar a frequentar o CFI a partir de 18 de Março de 2024 e tomarão posse como guarda em 13 de Dezembro de 2024.

Nota 2: No fim do ano de 2023, ainda estava em curso o processo de recrutamento, sendo o número de candidatos admitidos de 120 (90 vagas para polícia e 30 para bombeiro); segundo as previsões, os candidatos vão começar a frequentar o CFI a partir de Julho de 2025.

Além disso, à DSFSM compete coordenar o recrutamento do pessoal civil das FSM, sendo o pessoal recrutado colocado nos seus diferentes serviços em função das necessidades de trabalho dos respectivos serviços.

Informações e Queixas

Em 2023, a DSFSM registou 283 casos, dos quais 94 foram de queixas, 31 foram de propostas e sugestões, 126 foram de consultas de informações, 31 relativos a denúncia e um não foi relacionado com as forças de segurança. De entre os 94 casos de queixas, 68 disseram respeito ao trânsito e transportes, dez tiveram a ver com elementos, 13 foram de equipamentos e instalações, um envolveu ambiente e dois sobre outros assuntos.

Instauração de Processos Disciplinares

Devido à exigência muito rigorosa das FSM em relação à disciplina, de acordo com os dados fornecidos pelas FSM, em 2023, foram realizadas averiguações respeitantes a 196 processos disciplinares, tendo sido alvos de investigação 207 indivíduos. Estes processos incluíram 167 elementos do CPSP, 22 elementos do CB, três elementos da DSFSM e 15 elementos da ESFSM. A maior parte dos processos disciplinares foi instaurada devido a infracções ligeiras. Como consequência dos processos instaurados, oito elementos do CPSP e três elementos do CB foram punidos devido a infracções penais.

Corpo de Bombeiros

O CB tem como principal missão prestar socorro em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de uma maneira geral, em todos os sinistros que ponham em risco a vida e a integridade física das pessoas, bem como os seus haveres; exercer a prevenção contra incêndios; prestar socorro a sinistrados e a doentes, em estado de emergência; e participar na protecção civil e fazer face à ocorrência de contingências.

Com um quadro para 1589 funcionários, o CB, até ao final do ano de 2023, contava apenas com 1434 afectos ao quadro, existindo, assim, 155 vagas. Existem dez postos operacionais do CB distribuídos por diferentes locais da península de Macau, e nas ilhas da Taipa e Coloane, nomeadamente o Posto Operacional do Lago Sai Van, o Posto Operacional Central, o da Areia Preta, o da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, o da Ilha Verde, o da Taipa, o de Coloane, o da ilha de Hengqin e dois postos localizados no Aeroporto Internacional de Macau.

No ano de 2023, o Corpo de Bombeiros tratou de 52.685 ocorrências.

Viaturas e Equipamentos

O CB conta com um total de 264 veículos contra incêndios, incluindo 30 auto-bomba-tanques, 11 auto-bomba-tanques com escada de 18 e 20 metros, dez viaturas de auto-escadas, 15 auto-pronto-socorro, três veículos de equipamentos para salvamentos em grande altura, seis veículos de colchão de ar, um veículo de demolição, seis veículos de combate a incêndios de

produtos perigosos e químicos, 30 motocicletas de combate a incêndios/motocicletas de emergência médica, 58 ambulâncias, 18 veículos de apoio diverso e 76 veículos logísticos e de outras categorias, entre outros.

Combate ao Fogo

No ano de 2023, o CB combateu um episódio de grande dimensão, 19 episódios de média dimensão, 570 de pequena dimensão e 247 ocorrências variadas. As causas foram, na sua maioria, provocadas por negligência, nomeadamente o esquecimento de fogões ligados, que originaram 164 incêndios, 59 casos de curto-circuito, tendo-se ainda registado 116 casos devido a mal-entendidos, 135 casos de suspeita de fogo deixado por alguém, 6 casos de suspeita de fogo posto, 11 casos de causas anormais e 345 de outros incêndios. Durante o ano registaram-se 35 feridos.

Outros Serviços de Emergência e Especiais

Em caso de emergência, doméstica, industrial, de viação, de desmoronamento de prédios, aluimento de terras, de inundações, tentativas de suicídio, e serviços especiais no Aeroporto Internacional de Macau, o CB presta serviços de socorro. Durante o ano de 2023, o CB tratou de 8790 casos de socorro de emergência.

Serviços de Ambulância

O CB, com uma equipa de socorro de 1300 elementos de salvamento, assume a responsabilidade pelo serviço de ambulância da RAEM. Em 2023, foram tratados 43.059 casos de pedidos de ambulância, que se traduziram em 46.086 deslocações de viaturas.

Prevenção de Fogo

A concepção e construção de edifícios e a instalação de equipamentos contra incêndio são regulados nos termos da Lei n.º 15/2021 (Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recinto). O CB efectua vistorias, testa e fiscaliza centros comerciais, fábricas, estabelecimentos de comidas e estabelecimentos de divertimento. Em 2023, foram efectuadas 6781 fiscalizações às plantas dos projectos, 1515 vistorias, 2092 testes aos equipamentos de combate ao fogo, e 8785 inspecções das normas de segurança contra incêndio, tendo sido ainda efectuadas 1196 vistorias sobre queixas e impugnações, bem como o reconhecimento de 1323 equipamentos de combate ao fogo e de extintores.

Escola Superior das Forças de Segurança de Macau

A ESFSM, criada a 4 de Julho de 1988, é uma das instituições de ensino superior da RAEM, sob a tutela da Secretaria para a Segurança.

As principais atribuições da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau consistem

em ministrar, nas áreas de polícia, protecção e segurança, cursos de formação, conferentes do grau académico de doutoramento, mestrado e licenciatura, no sentido de elevar o nível académico e profissional do pessoal das forças e serviços de segurança, respondendo às necessidades do desenvolvimento da sociedade de Macau. Os cursos de formação incluem o curso de mestrado em Ciências Sociais (Gestão de Segurança Pública), o curso de licenciatura em Ciências Policiais, o curso de licenciatura em Engenharia de Protecção e Segurança e o curso de licenciatura em Segurança Prisional. Além disso, a ESFSM ministra ainda cursos de formação ou estágios com vista ao aperfeiçoamento, à reciclagem de formação ou profissionalização das forças e serviços de segurança, articulando-se com o desenvolvimento social de Macau, de forma elevar a qualidade dos serviços prestados ao público.

A ESFSM ministra, em cooperação com as forças e serviços de segurança, cursos de promoção nas respectivas carreiras, sendo, ao mesmo tempo, responsável pela formação inicial dos candidatos ao ingresso nas carreiras do pessoal do CPSP e do CB, do pessoal alfandegário dos Serviços de Alfândega e do pessoal do Corpo de Guardas Prisionais.

Em 2022, a ESFSM ministrou o 1.º Curso de grau de mestrado Ciências Sociais (Gestão de Segurança Pública), que foi frequentado um total de 30 elementos das forças e serviços de segurança. De 1995, ano em que ministrou o 1.º Curso de Formação de Oficiais (Polícias, Bombeiros e Alfândega), até 2023, a ESFSM formou um total de 373 oficiais de Polícia, dos Bombeiros e dos Serviços de Alfândega. No ano lectivo 2023/2024 havia 70 formandos a frequentarem o Curso de Formação de Oficiais (polícias, bombeiros, pessoal alfandegário e guardas prisionais).

No que diz respeito à formação do pessoal de base, o Curso de Formação de Instruendos - (Serviço de Segurança Territorial), ministrado entre 1990 e 2003, e o Curso de Formação de Instruendos, ministrado entre 2003 e 2022, formaram no total 8706 elementos da corporação. Por outro lado, a ESFSM ministrou, em 2023, 32 cursos de curta duração, palestras e seminários a um total de 2876 alunos.

Serviços de Alfândega

Os Serviços de Alfândega da RAEM (SA) foram criados de acordo com o estipulado na Lei Básica da RAEM.

Os SA são um órgão público da RAEM dotado de autonomia administrativa da RAEM. Como responsável principal dos SA, o Director-geral dos SA é nomeado pelo Governo Central sob proposta do Chefe do Executivo. O Director-geral dos SA responde perante o Chefe do Executivo, sem prejuízo das competências de supervisão do Secretário para a Segurança.

Os SA realizam o trabalho de prevenção e combate ao contrabando, à fraude aduaneira e aos actos de violação dos direitos de propriedade intelectual, reforçaram a troca de informações e cooperação com os serviços aduaneiros das regiões vizinhas, no sentido de reprimirem os crimes transfronteiriços, tais como o contrabando, a actividade de transporte ilegal, o tráfico de drogas, etc., e ao mesmo tempo, em colaboração com os serviços competentes, nos trabalhos de controlo sanitário, garantiram a higiene e segurança dos alimentos importados.

Em 2023, os SA detiveram 68 casos de imigração ilegal, interceptaram 187 imigrantes ilegais e 35 “aliciadores”. Além disso, os SA apreenderam um grande lote de mercadorias que não tinham sido declaradas, nas quais se incluem 57.707 Kgs de carnes e legumes, 3702 litros de bebidas alcoólicas, 810.770 cigarros, 96.650 gramas de charuto e 5053 gramas de tabaco em filamentos.

Quanto à protecção do direito de propriedade intelectual e de propriedade industrial, foram apreendidos 64 acessórios de moda, 14 malas, 21 pares de sapatos, 44 garrafas de vinho, 1809 peças de vestuário, um relógio, dois acessórios para telemóvel, 2811 produtos de necessidades diárias, 2422 produtos cosméticos e 5000 conjuntos de disco compacto, todos de marca contrafeita.

Além disso, foram instaurados 5743 autos de notícia e 58 denúncias, entre os quais 5330 casos de violação da “Lei do Comércio Externo”, 132 casos relacionados com “Controlo Sanitário e Fitossanitário”, 37 casos de violação da “Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção”, seis casos de violação do “Controlo do Transporte Transfronteiriço de Numerário e de Instrumentos Negociáveis ao Portador”, oito casos de violação do “Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal”, 24 casos de violação da “Lei da Contratação de Trabalhadores Não-Residentes”, um caso de violação das normas estabelecidas pela Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, 108 casos de violação do “Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo”, três casos de violação das “Medidas de Controlo e Redução do Uso de Substâncias que Empobrecem a Camada do Ozono”, um caso de violação do regime do “comércio e indústria de programas de computador, fonogramas e videogramas”, 38 casos de violação do “Código Penal”, 77 casos de violação do “Regime Jurídico do Controlo de Migração e das Autorizações de Permanência e Residência na Região Administrativa Especial de Macau”, quatro de violação da “Lei de Proibição da Produção, do Tráfico e do Consumo Ilícitos de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas”, 16 casos de violação do “Regime Jurídico da Propriedade Industrial”, 14 casos de violação do “Regime Jurídico das Infracções Contra a Saúde Pública e Contra a Economia” e dois casos de violação do “Regime do Direito de Autor e Direitos Conexos”.

Fiscalização Marítima

O Departamento de Inspeção Marítima dos SA é responsável pelas acções de policiamento na zona marítima e costeira de Macau, realizando em conjunto com o CPSP e a PJ, a acção de combate à imigração ilegal, através do “mecanismo de prevenção conjunta sobre combate à imigração ilegal”, bem como cooperando com o Departamento de Segurança Pública de Zhuhai, o Batalhão de Serviço da Brigada da Polícia Armada de Zhuhai e a Polícia Marítima de Zhuhai, através do “mecanismo de colaboração e acção conjunta ponto a ponto” para combater actividades de imigração ilegal.

Em 2023, os SA e os departamentos de aplicação da lei do Interior da China realizaram 2892 comunicações sobre situações suspeitas através do “mecanismo de colaboração e acção conjunta ponto a ponto”, envolvendo principalmente imigração ilegal e tráfico ilegal. Os SA em conjunto com o Departamento de Segurança Pública e a Polícia Marítima de Zhuhai efectuaram, nas áreas marítimas de Macau e do Interior da China, por seis vezes, acções conjuntas vocacionadas para

a manutenção da segurança marítima e da segurança no canal. No âmbito da zona costeira, os SA realizaram, em conjunto com o Batalhão de Serviço da Brigada da Polícia Armada de Zhuhai, oito acções conjuntas e dois simulacros. Além disso, para reforçar a ordem, bem como a segurança nos canais dos portos exterior e interior, os SA e a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água realizaram, por cinco vezes, acções conjuntas de patrulha e fiscalização marítima e por três vezes exercícios de busca e salvamento nas zonas mencionadas.

A Flotilha de Meios Navais dos SA tem actualmente 15 lanchas, 41 botes rápidos e três motas de água.

Cooperação Internacional

Os SA são membros da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) - The World Customs Organization (WCO), sob a sua coordenação e organização, desenvolvem acções relevantes em Macau, as acções principais para combater as actividades ilícitas foram as seguintes: de 15 de Abril a 15 de Setembro de 2023, participaram na acção de combate ao tráfico ilícito de armas ligeiras e de pequeno calibre sujeitas ao controlo, organizada pelo Gabinete de Informação da Zona Ásia-Pacífico (RILO AP), e na acção de combate ao contrabando de drogas, precursores (precursor) de droga e o tráfico ilegal de animais e plantas (incluindo espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção), organizada em conjunto pelos RILO AP e Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); de 25 de Setembro a 19 de Novembro de 2023, participaram na acção de combate à actividade ilegal de contrabando de droga e precursores (precursor) que incluem os medicamentos psicológicos, as substâncias contidas substâncias activas e marijuana, organizada em conjunto pelos Hong Kong Customs and Excise Department e RILO AP; de 1 a 31 de Outubro de 2023, participaram numa acção organizada em conjunto pelas OMA e Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) para combater o contrabando de animais e plantas silvestres (incluindo espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção) e as actividades ilícitas de falsificação de documentos comerciais e aduaneiros, bem como de transferência ilegal de capitais para o contrabando de animais e plantas silvestres; de 2 a 27 de Outubro de 2023, participaram na actividade de combate ao contrabando de animais e plantas silvestres (incluindo espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção) e actividades ilícitas tais como de falsificação de documentos comerciais e aduaneiros, bem como de transferência ilegal de capitais para o contrabando de animais e plantas silvestres, organizada em conjunto pelas OMA e INTERPOL; de 13 a 24 de Novembro de 2023, participaram na acção de combate aos tráficos ilegais de armas, armas de fogo, munição e artigos perigosos precursores (precursor) de explosivos, organizada pela INTERPOL; e de 4 a 15 de Dezembro de 2023, participaram na acção de combate aos tráficos ilegais dos medicamentos e artigos para o uso diário falsificados ou não qualificados, organizada pela OMA.

Tratamento de Pedidos de Informação e de Reclamações

O Gabinete de Auditoria Interna dos SA assume especial responsabilidade no tratamento de denúncias, reclamações e pedidos de informação relacionados com os SA. Em 2023, os SA receberam 774 denúncias, envolvendo infracções aos direitos de propriedade intelectual, à Lei do Comércio Externo e às normas de segurança marítima, emigração ilegal, mão-de-obra ilegal,

actividades relativas ao tráfico de droga e ao tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, entre outras. Foram recebidas 148 reclamações relativas à moral e à conduta do pessoal dos SA, a formalidades e procedimentos, aos equipamentos e instalações, ao meio ambiente e ruído, entre outras. O Gabinete providenciou um total de 1258 respostas, no total, a diferentes tipos de pedidos de informações.

Plano Geral de Protecção Civil

A protecção civil é uma actividade permanente e transectorial desenvolvida pela RAEM, visando: prevenir incidentes súbitos de natureza pública, de origem natural ou humana, que ponham em perigo a vida das pessoas e os seus bens; diminuir as consequências resultantes de incidentes referidos; prestar socorro e assistência às pessoas em perigo; salvaguardar o património público e o funcionamento normal das instituições; e restabelecer o mais brevemente possível a ordem pública e a normalidade das condições de vida da sociedade.

Os incidentes súbitos de natureza pública, conforme a caracterização dos factores de risco, classificam-se nas seguintes tipologias: catástrofe natural, acidente, incidente de saúde pública e incidente de segurança na sociedade. Os incidentes súbitos de natureza pública são graduados, quanto à sua gravidade, em cinco estados, nomeadamente, moderado, prevenção, prevenção imediata, socorro e calamidade. Quanto à declaração do estado, o Chefe do Executivo determina, por despacho a publicar no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, o início ou termo dos estados acima referidos. Quando a urgência da situação o determine, o Chefe do Executivo pode declarar publicamente através dos meios de comunicação social disponíveis, o início do estado referido com efeitos jurídicos imediatos.

Integram o sistema de protecção civil da RAEM as seguintes entidades: 1) O Chefe do Executivo; 2) O Comandante de Acção Conjunta; 3) As forças e serviços de segurança (Serviços de Polícia Unitários, Serviços de Alfândega, Corpo de Polícia de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, Polícia Judiciária, Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e Escola Superior das Forças de Segurança de Macau); 4) As entidades públicas e privadas dotadas de competências ou técnicas especiais na área da protecção civil e designadas pelo Chefe do Executivo (entidades públicas: Autoridade de Aviação Civil, Centro Hospitalar Conde de S. Januário, Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Direcção dos Serviços de Educação e Desenvolvimento de Juventude, Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, Direcção das Obras Públicas e Transportes, Direcção dos Serviços de Turismo, Gabinete de Comunicação Social, Instituto para os Assuntos Municipais, Instituto de Acção Social, Instituto de Habitação, Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos e Direcção dos Serviços de Saúde; entidades privadas: Companhia de Electricidade de Macau, Sociedade de Gestão da Ponte Sai Wan, Companhia de Telecomunicações de Macau, Cruz Vermelha de Macau, Hospital Kiang Wu, Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau e Teledifusão de Macau).

De acordo com o disposto na Lei n.º 11/2020 e no Regulamento Administrativo n.º 31/2020, que entraram em 15 de Setembro de 2020, o Chefe do Executivo é a autoridade máxima de protecção civil na RAEM e tem a competências de aprovar o plano geral de protecção civil.

Em 2023, o Governo da RAEM activou a estrutura de protecção civil em Julho, Setembro e Outubro, respectivamente, aquando da aproximação do tufão “Talim”, do super tufão “Saola” e da tempestade tropical “Koinu”. Sob a liderança do Chefe do Executivo e o comando do Secretário para a Segurança, todos os membros da estrutura de protecção civil mantiveram-se firmemente nos seus postos de trabalho, dando resposta a desastres naturais e adoptando, de forma ordenada, as respectivas medidas de prevenção de desastres, de forma a proteger e garantir a segurança da vida e propriedade dos residentes.

Direcção dos Serviços Correccionais

A Direcção dos Serviços Correccionais é responsável pela organização e gestão do serviço prisional e do serviço de execução das medidas tutelares educativas de jovens internados. A Direcção dos Serviços Correccionais compreende dois organismos dependentes, o Estabelecimento Prisional de Macau e o Instituto de Menores.

Estabelecimento Prisional de Coloane

O Estabelecimento Prisional de Coloane (EPC) é um serviço de execução de penas privativas da liberdade e de medidas de prisão preventiva. O EPC é composto por uma zona prisional masculina e uma zona prisional feminina, em cada uma das quais existem duas subzonas, sendo uma para o acolhimento de reclusos preventivos e outra para condenados, respectivamente. Além disso, existe também uma área prisional para detenção de reclusos classificados como de grupo de segurança.

População de Reclusos

Até 31 de Dezembro de 2023, o EPC possuía uma capacidade máxima de albergar 2041 reclusos, e o número total de reclusos era de 1335. Destes, 268 estavam em prisão preventiva e os outros 1087 eram condenados, sendo 1133 do sexo masculino e 222 do sexo feminino.

Plano de Reinserção Social

No sentido de proporcionar aos reclusos serviços diversificados e abrangentes de apoio à reinserção social, o EPC apoia plenamente a reinserção social dos reclusos em três vertentes: individual, familiar e social. As medidas específicas incluem: prestação de serviços de aconselhamento, ensino escolar, formação de habilidades vocacionais e cursos de formação profissional; organização de actividades entre pais e filhos e encontros familiares; cooperação com os órgãos do Governo e associações relevantes para realizar, nomeadamente, diversos tipos de palestras, actividades e planos de emprego.

Instituto de Menores

O Instituto de Menores (IM) é um estabelecimento educativo, responsável pela execução

das medidas de internamento decididas pelos tribunais. O IM está dividido em zona masculina e zona feminina, dispondo cada zona de um Centro de Observação, um Centro Educativo e de um Centro de Educação e Formação. O IM dispõe de uma equipa de orientadores, em regime rotativo e a tempo inteiro, da qual fazem partes assistentes sociais, psicólogos, orientadores e professores para formação profissional, sendo proporcionada formação educativa e profissional, orientação individual e familiar e implementado o Plano do Serviço Social.

Destinatários do Serviço

O serviço de acolhimento do IM, dum modo geral, é aplicável a menores entre os 12 e os 16 anos de idade, podendo ir até aos 21 anos. Até 31 de Dezembro de 2023, o IM acolhia 11 jovens do sexo masculino e nenhum do sexo feminino.



O Grupo Responsável pelo Içar das Bandeiras





No Dia Nacional e nos aniversários do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, está sempre presente o grupo do Corpo de Polícia de Segurança Pública responsável pelo içar das bandeiras durante a cerimónia do hastear das bandeiras realizada na Praça Lótus Dourado. Sempre com o sentido de missão de “amor à pátria e a Macau”, para além de funções policiais, o grupo responsável pelo içar das bandeiras treina e ensaia para assegurar a solenidade da cerimónia do hastear das bandeiras com movimentos precisos. Ao mesmo tempo, os seus elementos ajudam activamente no trabalho de promoção da cerimónia do hastear das bandeiras, para que a geração mais jovem reforce constantemente o seu sentimento de pertença ao País e à RAEM e aprofunde o seu conhecimento sobre a Bandeira Nacional e a Bandeira Regional.